

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	18
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	22
9. IMOBILIZADO	22
10. INTANGÍVEL	24
11. FORNECEDORES.....	26
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	26
13. TRIBUTOS.....	26
14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
16. RECEITA	29
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL	38
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Cemig Geração Itutinga S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$ 151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$45.101 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$60.397 mil em 2021, uma redução de 25,32% impactado, principalmente, pela atualização financeira da bonificação pela outorga e pela diminuição das receitas com fornecimento bruto de energia elétrica.

Receita

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Itutinga, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – ME – UHE Itutinga, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia estão sendo comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$27.534 mil, em comparação a R\$36.941 mil em 2021.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$33.214 mil em 2022 (R\$36.723 mil em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$11.020 mil em 2022 (R\$14.520 mil em 2021), redução de 24,10% decorrente, principalmente, de menor despesa com compra de energia para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$3.287 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 6,79% em relação ao lucro antes dos impostos de R\$48.388 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.923 mil, representando 4,62% em relação ao lucro de R\$63.320 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$46.162 mil (R\$62.873 mil em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 81,42% no mesmo período (90,65% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado	45.101	60.397	(25,33)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.287	2.923	12,45
Depreciação e amortização	486	324	50,00
Resultado financeiro	(2.712)	(771)	251,75
LAJIDA	46.162	62.873	(26,58)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

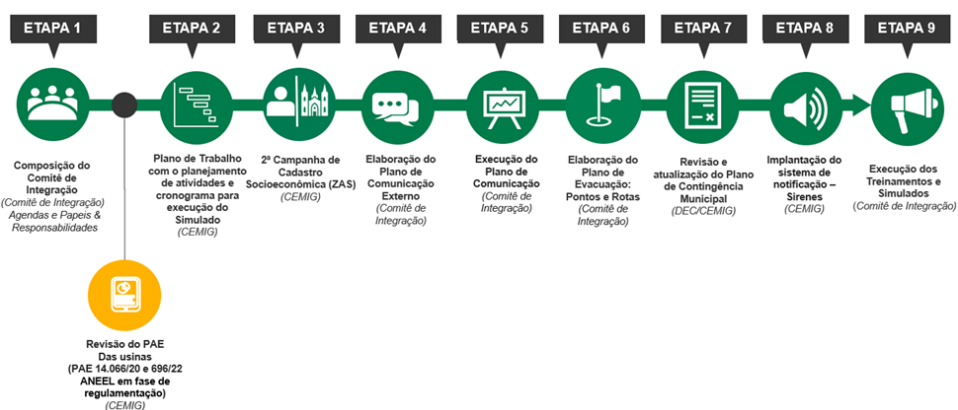
Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da companhia, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesa Civas Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia

dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do P&D de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das pequenas centrais Hidrelétricas, “PCHs” Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas

Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$45.101 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.255 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.423 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$1.127 mil para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$20.296 mil para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento integral de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$23.877 e consequentemente a sua extinção, no ano de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.847	908
Títulos e valores mobiliários	4	27.859	18.270
Consumidores e revendedores	5	5.341	4.894
Ativo financeiro da concessão	6	22.182	20.308
Tributos compensáveis	8	125	110
Fundos vinculados		4	20
Outros créditos		6	34
ATIVO CIRCULANTE		60.364	44.544
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	105	3.758
Ativo financeiro da concessão	6	175.801	166.696
Tributos compensáveis	8	805	682
Imobilizado	9	5.835	4.288
Intangível	10	7.351	7.592
Direito de uso	7	94	83
Outros créditos		41	39
ATIVO NÃO CIRCULANTE		190.032	183.138
ATIVO		250.396	227.682

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	1.288	797
Encargos regulatórios	12	666	653
Impostos, taxas e contribuições	13a	284	198
Imposto de renda e contribuição social	13b	334	301
Dividendos a pagar	15	21.423	21.189
Dívidas com pessoas ligadas		-	359
Passivo de arrendamento	7	23	13
Outras obrigações		407	-
PASSIVO CIRCULANTE		24.425	23.510
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	13a	1.312	780
Imposto de renda e contribuição social	13b	1.376	740
Encargos regulatórios	12	304	-
Passivo de arrendamento	7	79	75
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	14	13.266	11.810
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.337	13.405
PASSIVO		40.762	36.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital social		151.309	151.309
Reservas de lucros		58.325	39.458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		209.634	190.767
PASSIVO		250.396	227.682

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA	16	56.696	69.356
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custo com energia elétrica		(1.964)	(5.483)
Custos de operação		(6.795)	(6.913)
		(8.759)	(12.396)
LUCRO BRUTO		47.937	56.960
DESPESA OPERACIONAL	17		
Despesas gerais e administrativas		(2.181)	(1.880)
Outras despesas operacionais líquidas		(80)	(244)
		(2.261)	(2.124)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		-	7.713
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		45.676	62.549
Receitas financeiras	18	4.257	1.308
Despesas financeiras	18	(1.545)	(537)
Resultado antes dos impostos		48.388	63.320
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.651)	(1.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(636)	(984)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		45.101	60.397

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	45.101	60.397
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	45.101	60.397

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	151.309	7.750	10.342	-	169.401
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0684 por ação) 2020	-	-	(10.342)	-	(10.342)
Resultado do exercício	-	-	-	60.397	60.397
Dividendos intermediários (R\$0,0496 por ação)	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	3.020	-	(3.020)	-
Reserva especial	-	-	23.877	(23.877)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,14 por ação)	-	-	-	(21.189)	(21.189)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0318 por ação)	-	-	4.811	(4.811)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	151.309	10.770	28.688	-	190.767
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0318 por ação)	-	-	(4.811)	-	(4.811)
Resultado do exercício	-	-	-	45.101	45.101
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.255	-	(2.255)	-
Reserva especial	-	-	20.296	(20.296)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,14 por ação)	-	-	-	(21.423)	(21.423)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,007 por ação)	-	-	1.127	(1.127)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	151.309	13.025	45.300	-	209.634

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	45.101	60.397
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	636	984
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(33.214)	(36.723)
Depreciação e amortização	381	245
Amortização direito de uso	105	79
Juros passivo de arrendamento	17	15
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	1.456	501
Ganho com ressarcimento do GSF	-	(7.713)
	14.482	17.785
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(447)	29
Tributos compensáveis	(138)	(211)
Ativo financeiro da concessão	22.235	20.179
Outros	(90)	245
	21.560	20.242
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	491	(6.904)
Impostos, taxas e contribuições	618	634
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.859	1.288
Encargos regulatórios	317	(156)
Transações com partes relacionadas	(359)	(25)
Outros	497	4
	3.423	(5.159)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	39.465	32.868
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.826)	(1.896)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	37.639	30.972
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(5.936)	(2.055)
Fundos vinculados	16	49
Aquisições de imobilizado	(1.687)	(671)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.607)	(2.677)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(26.000)	(28.185)
Arrendamentos pagos	(93)	(93)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(26.093)	(28.278)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.939	17
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	908	891
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.847	908
	3.939	17

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A., sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Itutinga, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 6 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 7 – Operações de Arrendamento Mercantil
- Nota 15 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023
--	---	------------

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas Bancárias	46	41
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	105	-
<i>Overnight</i>	4.696	867
TOTAL	4.847	908

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% e 13,64% em 2022 (variou entre 8,87% e 9,14% em 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.059	1.070
Letras Financeiras – Bancos	18.219	15.089
Letras Financeiras do Tesouro	6.422	1.899
Debêntures	159	212
	27.859	18.270
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	-	3.706
Debêntures	105	52
	105	3.758
	27.964	22.028

Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), que variou entre 103% e 104,4% em 2022 (107,24 do CDI em 2021 conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (“LFs”) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do CDI. As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% em 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre TR + 1% a 114,29% do CDI em 2022 e 2021.

As práticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 21. As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2022	2021
Fornecimento industrial	-	1.018	1.018	784
Suprimento a outras concessionárias	-	3.842	3.842	4.094
Energia elétrica de curto prazo	-	481	481	16
	-	5.341	5.341	4.894

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativo. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Itutinga, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Itutinga para a Companhia, Sociedade de Propósito Específico – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2022 e 2021, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	187.004	170.460
Recebimentos	(22.235)	(20.179)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	33.214	36.723
Saldo	197.983	187.004
Circulante	22.182	20.308
Não circulante	175.801	166.696

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado pelas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80	73	153
Remensuração	8	1	9
Amortização	(5)	(74)	(79)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83	-	83
Remensuração	8	108	116
Amortização	(6)	(99)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85	9	94

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	162
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(93)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88
Juros incorridos	33
Arrendamentos pagos	(118)
Juros sobre arrendamentos pagos	(17)
Remensuração	116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	102
Passivo circulante	23
Passivo não circulante	79

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 21.

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido

para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
ICMS	68	110
Pis/Pasep e Cofins	862	682
Total	930	792
Circulante	125	110
Não circulante	805	682

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	2022			2021		
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		4.186	(364)	3.822	3.628	(224)	3.404
Custo Histórico	3,40	4.186	(364)	3.822	3.628	(224)	3.404
Em curso		2.013	-	2.013	884	-	884
Geração		2.013	-	2.013	884	-	884
TOTAL AIC + AIS		6.199	(364)	5.835	4.512	(224)	4.288

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	3.628	-	558	558	4.186	(364)	3.822
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	47	(5)	42
Máquinas e equipamentos	3.581	-	558	558	4.139	(359)	3.780
Em curso	884	1.687	(558)	1.129	2.013	-	2.013
Total	4.512	1.687	-	1.687	6.199	(364)	5.835

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	3.484	-	145	145	3.629	(224)	3.405
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	47	(3)	44
Máquinas e equipamentos	3.437	-	145	145	3.582	(221)	3.361
Em curso	356	672	(145)	527	883	-	883
Total	3.840	672	-	672	4.512	(224)	4.288

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 3,40% (3,34% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo e, tendo o

valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. INTANGÍVEL

Intangível

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais –

Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$7.713, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de amortização (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Em serviço		7.713	(362)	7.351	7.713	(121)	7.592
Ativos da concessão- GSF	3,13%	7.713	(362)	7.351	7.713	(121)	7.592
Em curso		-	-	-	-	-	-
Total		7.713	(362)	7.351	7.713	(121)	7.592

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	7.713	7.713	(362)	7.351
Ativos da concessão - GSF	7.713	7.713	(362)	7.351
Total	7.713	7.713	(362)	7.351

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e transporte de energia elétrica	103	64
Materiais e serviços	1.185	733
TOTAL	1.288	797

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		
Pesquisa e Desenvolvimento e Pesquisa Expansão Sistema Energético	684	479
Fundo Nac. Desenvol.Cient.Tecnológico	34	32
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	252	142
	970	653
Circulante	666	653
Não circulante	304	-

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
COFINS	1.206	746
PASEP	262	162
INSS	80	27
ISSQN	19	12
Outros	29	31
TOTAL	1.596	978
Circulante	284	198
Não circulante	1.312	780

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	134	158
Contribuição social	200	143
TOTAL	334	301

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não circulante		
Imposto de renda	927	478
Contribuição social	449	262
TOTAL	1.376	740

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Nos anos de 2016 a 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de Pis/Pasep e Cofins de R\$11.309 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.266 (R\$11.810 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva legal	13.025	10.770
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	1.127	4.811
Reserva especial	44.173	23.877
	58.325	39.458

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.255 de reserva legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$1.127 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela assembleia geral de acionistas.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou em reserva especial o lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo não destinado à reserva de lucros, no montante de R\$20.296, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2022 e 2021 foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	45.101	60.397
Reserva legal constituída	(2.255)	(3.020)
	42.846	57.377
Dividendo obrigatório	21.423	28.689
Dividendos intermediários	-	7.500
Dividendos obrigatórios	21.423	21.189
Dividendos adicionais propostos	1.127	4.811
Reserva especial	20.296	23.877
Total dos dividendos	42.846	57.377

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria encaminhará à AGO, a ser realizada em 2023, a seguinte proposta de destinação do resultado do exercício de 2022, no montante de R\$45.101:

- R\$2.255 para constituição de reserva legal;
- R\$21.423 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$1.127 para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$20.296 para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento integral de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$23.877 e consequentemente a sua extinção, no ano de 2023.

16. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento não Faturado Industrial	418	-
Transações com energia na CCEE	2.257	6.995
Suprimento cotas - Geração própria	46.747	50.928
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(253)	(1.587)
Suprimento não faturado - Geração própria	600	784
Realização ativo financeiro da bonificação pela outorga	(22.235)	(20.179)
Fornecimento bruto de energia elétrica	27.534	36.941
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	33.214	36.723
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(4.052)	(4.308)
	56.696	69.356

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	133	154
COFINS	1.818	1.981
PIS-PASEP	394	429
	2.345	2.564
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	183	210
Fundo Nac. Desenv.Cient. Tecn.-FNDCT	183	210
Pesquisa Exp. Sist. Energético-EPE/MME	91	105
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	365
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.250	854
	1.707	1.744
	4.052	4.308

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	288	4.057
Encargos de uso da rede básica de distribuição (a)	1.676	1.426
	1.964	5.483

Custos de operação

	2022	2021
Pessoal e administradores	76	39
Materiais	278	299
Serviços de terceiros	5.934	6.231
Depreciação	486	324
Outros custos operacionais	21	20
	6.795	6.913

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	2.181	1.880
Outras despesas operacionais, líquidas	80	244
	2.261	2.124
Custo total	8.759	12.396
Despesa operacional	2.261	2.124
TOTAL	11.020	14.520

(a) Encargos de uso da rede básica de distribuição

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	4.194	1.266
Outras	63	42
	4.257	1.308
Despesas financeiras		
Variações monetárias	-	(20)
Juros passivo de arrendamento	(17)	(15)
Outras	(1.508)	(502)
	(1.525)	(537)
RESULTADO FINANCEIRO	2.712	771

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	48.674	48.674
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.894	5.841
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.396	3.396
Outras Receitas Financeiras	63	63
Base de Cálculo	7.353	9.300
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.103	837
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	711	0
	1.814	837
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total		
Rendas de aplicações não resgatadas	798	798
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	199	72
Receita por competência diferida	12.074	12.074
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	966	1.449

Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	241	130
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Corrente	1.814	837
Diferido	436	200

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	52.304	52.304
Percentual de presunção	8%	12%
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	995	995
Outras receitas financeiras	42	42
Base de cálculo – Lucro Presumido	5.221	7.313
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	783	658
Adicional (10% valor superior a R\$240)	498	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.281	658
Rendas não resgatadas	270	270
Alíquota	25%	9%
	29	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68	24
Receita por competência diferida	21.359	21.359
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo – Lucro Presumido	1.709	2.563
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	427	231
Amortização custos GSF	7.592	7.592
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo – Lucro Presumido	607	911
Alíquota	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social – Lucro Presumido	152	82
Corrente	1.281	658
Diferido	647	337

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Distribuição	315	284	-	-	3.608	3.259	(1.670)	(1.426)
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	407	359	-	-	(1.300)	(1.151)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	345	475	-	-	(4.915)	(5.787)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	4.696	867	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	27.859	18.269	-	-	1.251	458	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	105	3.758	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Geração Itutinga aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,54% em 31 de dezembro de 2022 (1,03% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	43	38
Participação nos resultados	11	7
Previdência privada	4	3
Planos de saúde e odontológico	1	-
Seguro de vida	-	-
Total (1)	59	48

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		5.341	5.341	4.894	4.894
Títulos e valores mobiliários		3.842	3.842	11.561	11.561
Ativos financeiros da concessão		197.983	197.983	187.004	187.004
		207.166	207.166	203.459	203.459
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	4.801	4.801	867	867
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2	3.059	3.059	1.070	1.070
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	14.482	14.482	7.497	7.497
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	159	159	1.899	1.899
		22.501	22.501	11.333	11.333
		229.667	229.667	214.792	214.792
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(1.288)	(1.288)	(797)	(797)
Passivo de arrendamento		(102)	(102)	(88)	(88)
		(1.390)	(1.390)	(885)	(885)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a

hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são

ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.185	103	-	-	-	1.288
Passivo de arrendamento	11	-	14	48	214	287
TOTAL	1.196	103	14	48	214	1.575

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Itutinga S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Itutinga S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Itutinga S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7